

EXCELENTÍSSIMA SENHORA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO
DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Brasília, 12 de maio de 2020.

IVAN VALENTE, brasileiro, Deputado Federal pelo PSOL/SP, domiciliado em Brasília/DF, no gabinete 716 do anexo IV da Câmara dos Deputados, endereço eletrônico: dep.ivanvalente@camara.leg.br, vem, com base no artigo 129, incisos I, II, VIII da CF; e na Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, apresentar REPRESENTAÇÃO para denunciar graves irregularidades praticadas por pessoas acampadas na Praça dos Três Poderes, conforme passa a descrever.

01. De acordo com matéria publicada no dia 12 de maio pelo portal da BBC, a pessoa identificada como SARA GEROMINI, mais conhecida como Sara Winter, uma das lideranças do acampamento formado na Esplanada dos Ministérios e que tem como pauta o ataque ao Supremo Tribunal Federal e ao Poder Legislativo, teria admitido expressamente que parte de seus integrantes estariam armados.

02. Conforme a entrevista concedida ao jornalista Ricardo Senra da BBC News Brasil em Londres:

A militante Sara Winter, principal porta-voz do controverso grupo autodenominado "300 de Brasília", reconheceu em entrevista à BBC News Brasil a existência de armas dentro do acampamento montado pelo grupo em Brasília.

De acordo com Winter, cujo nome verdadeiro é Sara Geromini, as armas serviriam para "proteção dos próprios membros do acampamento".

"Em nosso grupo, existem membros que são CACs (sigla para Colecionador, Atirador e Caçador), outros que possuem armas devidamente registradas nos órgãos competentes. Essas armas servem para a proteção dos próprios membros do acampamento e nada têm a ver com nossa militância", afirmou.

É a primeira vez em que a porta-voz do acampamento admite a existência de armamento entre os membros do grupo radical, que vem despertando preocupação por supostas atividades paramilitares - o que a ativista nega.

Os "300 de Brasília" são alvo de investigação pela Procuradoria-Geral da República. Na semana passada, deputados do PSOL pediram a abertura de um inquérito para apurar a atuação de Sara Winter em suposta "formação de milícia".

O STF autorizou a abertura do procedimento para apurar quem seriam os financiadores dos movimentos.

À BBC News Brasil, a autoproclamada conferencista internacional diz que defende "métodos de ação não-violenta" e alega que "absolutamente nenhum dos integrantes dos 300 do Brasil fala sobre 'milícia armada', muito menos sobre invadir o Congresso ou STF".

Em pelo menos uma carreato organizada pelo grupo, no entanto, tais iniciativas foram defendidas por participantes.

Sara Winter foi candidata a deputada federal pelo DEM do Rio de Janeiro nas últimas eleições. Com 17.246 votos, não conseguiu ser eleita.

Desde então, ela aposta na radicalização em seus canais pelas redes sociais, onde diz andar escoltada por seguranças armados, defende

que membros do STF "sejam removidos pela lei ou pelas mãos do povo" e apoia o "extermínio da esquerda".

Entre abril e outubro do ano passado, atuou como coordenadora-geral de Atenção Integral à Gestante e à Maternidade do Ministério da Família, Mulheres, e Direitos Humanos, por indicação da ministra Damares Alves, com quem compartilha bandeiras contra o feminismo e o aborto.

No passado, no entanto, foi militante do grupo Femen e chegou a "castrar" um boneco que representava o então deputado federal Jair Bolsonaro.

Agora, seu foco está concentrado na convocação de militantes para que "o povo seja a classe soberana do país".

"Em todos os nossos comunicados dizemos claramente utilizamos técnicas de ação não violenta e desobediência civil. O que tem a ver ação não violenta com armas? Engraçado como a alcunha de milícia paramilitar foi rapidamente nos atribuída, mas jamais passou perto dos militantes do MST, que carregam armas e facões."

Sara Winter, no entanto, gosta de publicar fotos segurando armas e diz nas redes sociais que "atira muito bem".

Agora, ela defende o grupo como "pais de família, senhoras e jovens unidos, treinados e organizados".

"(Estamos) preparados para dar a vida pela nação, e nossas armas são a fé em Deus, a esperança neste governo e os métodos de ação não violenta".

STF

Na autorização para a investigação que inclui o grupo, o STF ressaltou que a Constituição brasileira veda o "financiamento e a propagação de ideias contrárias à ordem constitucional e ao Estado Democrático" e a

"realização de manifestações visando ao rompimento do Estado de Direito".

Winter se defende, dizendo que ameaças concretas a instituições democráticas teriam vindo de outros grupos. Segundo seus cálculos, haveria "mais de 40 movimentos de direita diferentes" em Brasília.

"Alguns são intervencionistas, esse não é o caso dos 300 do Brasil. Se outros coletivos falam isso (invasão do congresso ou da Suprema Corte), não é nossa responsabilidade."

"Nós dos 300 não acreditamos em intervenção militar, mas sim em intervenção popular, ou seja, a ideia de que todo poder emana do povo, como prevê o Artigo 1 da Constituição Nacional", diz.

No entanto, quando o assunto é a esquerda, ela não hesita em defender "a criminalização" do que entende como "comunismo".

Em vídeos publicados pelo grupo, Sara e os demais membros cantam palavras de ordem como "ministro, você come, o povo passa fome", "queremos trabalhar, deixa o 'mito' governar" ou "STF, preste atenção, a sua toga vai virar pano de chão".

O grupo também participou de protestos a favor do presidente Jair Bolsonaro e contra medidas de isolamento social defendidas por cientistas dos principais institutos e universidades do planeta e membros da Organização Mundial da Saúde.

Bolsonaro

A reportagem pergunta se o presidente ou membros do governo já demonstraram apoio às atividades.

Ela cita três deputadas federais bolsonaristas, mas não comenta sobre o presidente Bolsonaro.

"Muitos deputados da base aliada tem nos prestado apoio, sempre moral, nenhuma doação em dinheiro e nem comida, nem ajuda jurídica, pois tampouco aceitamos. Mas sempre nos visitam, nos dão força moral."

Questionada sobre os objetivos do acampamento, ela cita tópicos como resgate da Soberania Nacional, respeito à repartição de poderes e plena execução do pacto federativo, governabilidade do Poder Executivo.

A reportagem questiona o que o grupo entende por "respeito a tripartição dos poderes".

Winter então mira a Suprema Corte e critica o que aponta como "interferência do STF na governabilidade do executivo", pede a abolição do "ativismo judicial" da suprema corte em tomas como gênero ou aborto e ameaça:

"Que o STF saiba qual seu papel na República Federativa Brasileira e que em nenhuma hipótese tente desafiar o povo brasileiro, desgraçando a vida de milhões com a fome, julgando ser de competência municipal e estadual decidir sobre abertura de comércio e circulação de pessoas, ou no âmbito da segurança pública, extinguindo a prisão em 2 instância".

A BBC News Brasil lembra que a tripartição de Poderes existe justamente como um sistema de pesos e contrapesos, para que nenhum poder possa agir de maneira absoluta.

Para a ativista, os demais Poderes atuariam para impedir que Bolsonaro seja reeleito.

"O executivo não tem qualquer governabilidade pois os presidentes da Câmara e Senado, junto com o STF não têm qualquer interesse em um Brasil próspero. Eles só querem impedir Bolsonaro de governar para que não seja reeleito."

'Motivo de preocupação'

À BBC News Brasil, historiador Federico Finchelstein, professor da New School, em Nova York e especialista em radicalismo e populismo, afirma que o grupo é motivo de preocupação.

"Eles não são necessariamente importantes ou relevantes em si, mas são um sintoma do ímpeto antidemocrático do próprio presidente Bolsonaro", avalia.

"O grupo mostra o espectro que fanáticos que segue este tipo de líder: eles soam extremos, defendem o militarismo, atacam instituições e mostram desprezo a minorias", continua.

Autor de sete livros sobre fascismo e populismo na América Latina, Finchelstein chama atenção para a simbologia por trás do nome do grupo.

Os 300 de Brasília se inspiram na história narrada no filme 300, um ficção que mostra como um exército de 300 soldados espartanos defenderam seu território contra 30 mil invasores.

Em vídeos, eles usam o mesmo grito de guerra mostrado no filme. "Esse nome mostra uma dimensão importante: a do sacrifício. A história dos 300 mostra que eles estão dispostos a morrer em nome de seu líder. Há essa ideia de sacrifício, de que a morte das pessoas individualmente não é tão importante para estes grupos", afirma.

"Em paralelo, enquanto as pessoas estão morrendo aos milhares no Brasil, o líder do país está andando de jet-ski."

'Fundamentalismo religioso'

Em um vídeo recente, a militante afirma que a polícia teria pedido o desmonte do acampamento.

"A tropa de choque ameaçou e então as mulheres se prostraram de joelhos a clamar a Deus que não avançassem. Elas não deram um passo", diz Winter nas imagens.

À BBC News Brasil, ela comenta a cena. "A única coisa que fiz foi enfileirar homens e fazê-los gritar gritos de guerra, posteriormente defender 20 barracas da polícia militar, coordenando 20 mulheres ajoelhadas no gramado no congresso para comover a polícia."

A cena das mulheres ajoelhadas na Esplanada dos Ministérios foi descrita por muitos como um episódio de fanatismo ou fundamentalismo religioso.

A reportagem questiona a ativista sobre esta visão. "Não nos importa a opinião dos críticos, nos importa a eficiência do ato e realizar nossos objetivos. Somos técnicos", limita-se a responder."¹

03. A entrevista transcrita é extremamente grave! Embora a ativista se contradiga em diversos pontos, é possível concluir que ela está à frente de um acampamento claramente montado com o intuito de constranger o Poder Legislativo e o Poder Judiciário. Mais grave ainda, ela admite expressamente que há membros do acampamento armados.

04. Diante do histórico de agressividade e fanatismo dos membros do acampamento, resta evidente que os membros do Poder Legislativo, do Judiciário, jornalistas e qualquer militante que divirja do Presidente da República JAIR BOLSONARO são alvo em potencial dos membros do referido acampamento.

05. A entrevista concedida pela ativista SARA GEROMINI torna inquestionável o caráter paramilitar do referido acampamento e ainda deixa claro que seus membros estão praticando uma série de ilegalidades e crimes. Entre elas, vale destacar a afronta ao art. 5º, inciso XVI da Constituição Federal, que dispõe:

"XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não

¹ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52634816>

frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.”

06. Também afrontam o Código Penal, em seu art. 288-A

“Art. 288-A. Constituir, organizar, integrar, manter ou custear organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão com a finalidade de praticar qualquer dos crimes previstos neste Código:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos.

07. Violam também o Estatuto do Desarmamento, uma vez que ainda que detenham o Certificado de Registro de Colecionador, Atirador e Caçador, os acampados não poderiam estar utilizando suas armas, ainda que a pretexto de defesa pessoal, conforme afirmou a ativista SARA GEROMINI.

08. De acordo com o art. 5º, §3º do Decreto nº 9.846, de 2019, que regulamenta o Estatuto do Desarmamento:

*“§ 3º Os colecionadores, os atiradores e os caçadores **poderão portar uma arma de fogo curta municada, alimentada e carregada, pertencente a seu acervo cadastrado no Sinarm ou no Sigma, conforme o caso, sempre que estiverem em deslocamento para treinamento ou participação em competições**, por meio da apresentação do Certificado de Registro de Colecionador, Atirador e Caçador, do Certificado de Registro de Arma de Fogo e da Guia de Tráfego válidos.” (Grifamos)*

09. Dessa forma, a líder do acampamento batizado de “300” confirmou não apenas o caráter paramilitar e violento do agrupamento, mas também que parte de seus membros estão portando armas ilegalmente.

10. Trata-se de situação extremamente grave que coloca em risco a sociedade, as instituições abertamente atacadas pelo agrupamento e o próprio Estado Democrático de Direito, o que exige uma ação imediata deste parquet no sentido de adotar diligência para apreender as armas mencionadas pela liderança do acampamento, adotar as medidas para sua remoção e ingressar com as ações judiciais para a punição das pessoas flagradas na prática de delito, bem como da senhora SARA GEROMINI, apontada como liderança do acampamento.

Atenciosamente,

IVAN VALENTE
Deputado PSOL/SP